

“DESENVOLVIMENTO”, GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

GT15: Meio Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento Sustentável

Sérgio Roberto Moraes Corrêa
Doutorando do PPGCS-UFCG
Roberto Veras de Oliveira
Profº do PPGCS-UFCG - Orientador

RESUMO

O trabalho aborda o tema do desenvolvimento na Amazônia/Brasil, a partir das lutas e resistências de povos e movimentos sociais aos empreendimentos hidrelétricos, em particular à Hidrelétrica de Belo Monte no Estado do Pará, que se constituiu prioridade na agenda do governo federal, via PAC, para sua “estratégia de desenvolvimento nacional” e inserção Regional e Global. Contudo, é um mega-empreendimento polêmico e tenso, exprimindo dinâmicas socioambientais contraditórias e conflitivas. Assim, o ângulo de análise recai nessas lutas e resistências como caminho de problematização do desenvolvimento, demarcando o quanto esses conflitos podem suscitar outras interpretações e perspectivas, em muito invisíveis, acerca desse tema. Esse texto é parte da pesquisa doutoral em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Grandes Projetos Hidrelétricos. Conflitos Socioambientais.

INTRODUÇÃO

No presente quadro do Brasil e de sua política de desenvolvimento, o governo federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vem retomando e implementando uma série de Grandes Projetos na Amazônia, que visam ampliar e alargar a infra-estrutura do país para levar a cabo seu processo de integração e desenvolvimento com crescimento econômico interno, assim como fortalecer sua inserção internacional, em especial a integração Sul-Americana, como parte desse processo de globalização de mercados.

Dentre os diversos projetos em curso para região, sobressai-se a retomada com força da política energética via construção de grandes hidrelétricas, como Jiral e Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, e o mega-empreendimento de “Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte”, no sudoeste do Estado do Pará, prevista para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo e com maior orçamento público do PAC. Além desses já em andamento, outros projetos hidrelétricos estão previstos para região, como o complexo da Bacia do Tapajós.

Esses mega-projetos e empreendimentos, contudo, têm sido alvo de diversas polêmicas e gerado bastante tensões e conflitos socioambientais. No caso de Belo Monte, essa polêmica tem tomado dimensão, além de local e nacional, também, internacional, por conta, segundo o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), pesquisadores e membros do ministério público, dos grandes danos humanos, sociais e ambientais previstos, colocando em risco a proteção e defesa física e social de povos e comunidades tradicionais, que vêm seus territórios, suas tradições, seus modos de vida e os recursos naturais do Xingu sob forte risco, denunciando, assim, a violação dos direitos humanos fundamentais, bem como da legislação ambiental e de tratados internacionais, como a Lei 169 da OIT.

(Magalhães et al, 2009; Santos & Hernandez, 2009; Sevá Filho, 2005). Tese que é questionada por outros segmentos da sociedade civil e do Estado brasileiro, haja vista, destacam eles, a reformulação do projeto e redução considerável dos impactos socioambientais e viabilidade econômica em relação ao projeto anterior. (Brasil, 2011, 2007).

Esse quadro sugere levantar as seguintes questões: as matrizes prático-discursivas oficiais inscrevem que concepção de desenvolvimento na Amazônia, via os grandes empreendimentos hidrelétricos do PAC, como Belo Monte? O que os povos e movimentos sociais, que lutam contra esse empreendimento, têm a revelar sobre esse modelo de desenvolvimento para região? Se ajustarmos a lente para realçar as dimensões dos conflitos socioambientais, a partir dessas lutas e resistências desses segmentos sociais, o que isso pode suscitar de elementos para interpretar e debater o tema do desenvolvimento na região e no país? O texto está estruturado em dois tópicos, além dessa introdução e conclusão, objetivando levantar questões para esse debate crítico-reflexivo.

1- HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE COMO EXPRESSÃO DO AVANÇO DA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA

Os refletores, em âmbito nacional e internacional, voltam-se para a Amazônia (brasileira e internacional)¹, atribuindo-lhe novos contornos, mas reproduzindo velhas práticas econômicas e políticas em seu processo de ocupação socioterritorial”, ampliando e complexificando contradições históricas e conflitos socioambientais, em especial nesse campo energético de fonte hídrica. (*Vide* Mapa da Amazônia Legal no anexo I).

O PAC, lançado pelo governo federal em janeiro de 2007 e que está na sua II edição, PAC II, apresenta-se como um reposicionamento do Estado brasileiro e uma “nova” intervenção sobre a Amazônia, marcando um retorno do debate “desenvolvimentista” no país.² O PAC prioriza investimentos em infraestrutura e medidas institucionais, objetivando integrar e alavancar o crescimento econômico do país, através de investimento público e do estímulo ao investimento privado (Brasil, 2010).³ Com isso, o governo federal vem retomando e implementando uma série de grandes projetos na Região Amazônica, visando retomar o crescimento econômico e fortalecer sua inserção internacional, em especial no processo de integração Sul-Americana (Castro, 2012; Silva,

¹ Estamos aqui tratando, especificamente, da Amazônia Brasileira, com base na *Amazônia Legal*, criada ainda em 1953 pela SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que se transformou em 1966 em SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), que em 2001 foi transformada ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia), mas que na gestão do presidente Lula foi recolocada como SUDAM. Essa Amazônia é detentora do maior potencial de água doce do mundo; da maior floresta e biodiversidade; de ricas e diversas jazidas minerais; contudo, é importante considerar o lugar, nesse debate, da Amazônia Internacional ou Pan-Amazônia.

² Em texto apresentado na ANPOCS (2012), expomos sobre esse tema, focando seu viés clássico e, também, contemporâneo: o “novo-desenvolvimentismo”. (Corrêa e Vêras, 2012, ANPOCS).

³ O símbolo maior do novo discurso desenvolvimentista do Governo tem sido o PAC. Na ocasião de seu lançamento, o ex-presidente Lula entregou a sua coordenação à Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, passando a ser a mais forte auxiliar do Presidente, cunhada inclusive de “Mãe do PAC”. Foi ela a escolhida pelo presidente para sucedê-lo ao final do seu 2º mandato e foi o PAC o principal instrumento do discurso eleitoral de sua candidatura. O tom desenvolvimentista do 2º mandato de Lula ganhou maior realce com a orientação adotada pelo Governo no enfrentamento dos efeitos da crise mundial, em fins de 2009, valorizando e legitimando ainda mais o PAC. No atual governo, a presidenta Dilma tem lançado diversos pacotes para aquecer a economia interna e enfrentar o problema da “desindustrialização” e da crise internacional. Um deles é o Plano “Brasil Maior”, priorizando o setor privado, mas as manifestações de junho, no país, demonstram uma contestação do caminho, historicamente, torto da república brasileira.

2012). Esses mega-empresendimentos expressam, conforme Maria Coelho et al (2010), projetos infra-estruturais potencialmente estruturantes.⁴

No campo da infraestrutura, sobressaem-se os grandes projetos energéticos, em especial de natureza hidráulica, tendo em vista ampliar, diversificar e melhorar a matriz energética brasileira, de forma “renovável e limpa”, defende a Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao o Ministério de Minas e Energia (Brasil, 2007). No Plano Nacional de Energia 2030 (PNE-2030), coloca-se:

Como resultado da presença importante da energia hidráulica e do crescimento do uso energético da cana-de-açúcar, a matriz energética brasileira sustenta, mesmo no longo prazo, uma proporção de fontes renováveis que a coloca entre as mais limpas do mundo. Em 2030, 45% de toda a energia consumida no país será renovável. O aproveitamento energético da cana na produção do etanol e na geração de energia elétrica, além do aproveitamento do potencial hidrelétrico da Amazônia, serão elementos fundamentais nessa estratégia. (Brasil, 2007, p. 01-02).

Esse cenário assinala estrategicamente o lugar que vem sendo reservado à Amazônia no desenvolvimento do Brasil no século XXI: como território de expansão e dinamização do capital, com forte papel do Estado, para alargar a fronteira energética via complexos hidrelétricos e agrocombustíveis.⁵ Como foco central dessa expansão da fronteira, destaca-se a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. (*Vide* mapa no anexo II).

No tocante a esse mega-empresendimento, as primeiras proposições surgiram na década de setenta, nos idos da ditadura e no bojo dos grandes projetos para a região, para o Pará e para o Rio Xingu. Em 1975, foi realizado um primeiro inventário hidroelétrico do Xingu, que provocou bastante polêmica e reação de diversos setores da sociedade (Hernández e Bermann, 2010; Switkes e Sevá, 2005). A partir desse inventário, foram pensados e propostos seis projetos hidrelétricos (Kararaô, Babaquara, Iriri, Ipixuna, Kokraimoro e Jarina) a ser construídos no Rio Xingu sob controle e gestão da Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás. O mega-projeto *Kararaô* veio posteriormente a se transformar em Belo Monte.

Em face às diversas polêmicas, resistências e aos diversos protestos, em especial protagonizados pelos povos indígenas e outros movimentos sociais do campo e da cidade, houve um recuo no projeto original, mas não o fim do mesmo.⁶ Nesse processo, o projeto passou por várias reformulações até chegar à sua versão atual, expresso sob a denominação de “Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte”.⁷ Mas, foi apenas no início da década de 2000 que o mesmo foi

⁴ *Vide* IIRSA (Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana) (2012).

⁵ Sob a expansão do capitalismo para região, em especial para o nordeste paraense, via os “agrocombustíveis” para produção de “energia limpa”, o mercado da terra, a apropriação e exploração dos recursos naturais passam por uma nova configuração, sobretudo com o processo de “estrangeirização da terra” (Wagner et al, 2010).

⁶ Em 1989, em Altamira-PA, realizou-se o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, onde se reuniram vários povos e comunidades tradicionais, movimentos e organizações sociais, pesquisadores, artistas, contestando e conseguindo paralisar o projeto (Sevá Filho, 2005 e 2009; Hernández & Bermann, 2010).

⁷ Nesse caso, o discurso oficial, ao retirar o termo “Usina” e colocar “Aproveitamento”, opera discursivamente, fazendo um trabalho de construção simbólica para tentar deslocar e amenizar o peso traumático das Usinas hidrelétricas para os povos e comunidades amazônicas e para o meio ambiente e dar-lhe um caráter positivo. Isso parece não ter vingado, posto a denominação cunhada ao projeto pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre de “Belo Monstro” como palavra de ordem de resistência, como sinônimo de destruição de vidas (humanas e naturais).

retomado, passando por grandes mudanças (Magalhães e Hernández, 2009, 2011). (*Vide os mapas-síntese dos dois projetos no anexo III*).⁸

No atual projeto, essa usina está projetada para ser construída no rio Xingu, a 40 km, rio abaixo, após a cidade de Altamira, com canais estendendo-se por mais 10 km, na localidade designada como sítio Pimental, no sudoeste do Estado do Pará. Sua potência instalada prevista é de 11.233 MW. O lago da usina abrangerá uma área de 668 km² (conforme o edital de licitação), embora o EIA/RIMA indicasse 516 km².⁹

Ao se referir aos impactos físico-socioambientais provocados pela UHE de Belo Monte, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, defendeu que “o projeto atual difere daquele dos anos 1980. Não afeta diretamente terras indígenas e reduz a área alagada em 60%, para 516 km²” (Tolmasquim, 2010 apud Coelho et al, 2010, p. 88). Em documento oficial de 2011, essa Empresa, ao se reportar ao empreendimento de Belo Monte, enuncia os “Principais Fatos” que marcam esse projeto: “Projeto Nacional”, “Parceira Público-Privada”, “Desenvolvimento Sustentável” e “Energia Limpa”. (Brasil, 2011, p. 01).

Na contramão do discurso oficial sobre esses impactos, estudos apontam a omissão de muitas informações. Ao analisar o processo de audiências públicas para o licenciamento ambiental de hidrelétricas no Brasil, Andréa Zhouri (2011) identifica uma deformação do processo democrático e condições assimetricamente estruturadas de relações de poder. Nessa perspectiva, esse processo de licenciamento é concebido como um terreno de conflitos em torno da “apropriação da natureza”, revelando a hegemonia do “paradigma de adequação ambiental” ou da “modernização ecológica”. A despeito das audiências em torno das hidrelétricas na Amazônia, dentre elas Belo Monte, Acevedo Marin et al (2011) identificam práticas anti-democráticas.

Nesse prisma crítico, em sua “Introdução”, o documento do “Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte” (Santos e Hernández, 2009), identifica um conjunto de irregularidades no projeto.

“Sobre os estudos”:

Inconsistência metodológica; ausência de referencial bibliográfico adequado e consistente; Ausência e falhas nos dados; Coleta e classificação assistemáticas de espécies, com riscos para o conhecimento e a preservação da biodiversidade local; Correlações que induzem ao erro e/ou a interpretações duvidosas; Utilização de retórica para ocultamento de impactos.

“Sobre os impactos”:

Subdimensionamento da área diretamente afetada; Subdimensionamento da população atingida; Subdimensionamento da perda de biodiversidade; Subdimensionamento do deslocamento compulsório da população rural e urbana; Negação de impactos à jusante da barragem principal e da casa de força; Negligência na avaliação dos riscos à saúde; Negligência na avaliação dos riscos à segurança

⁸ No projeto da Era Militar, eram previstas seis hidroelétricas, para gerar 20 mil MW de energia, inundando uma área de 18 mil km², quatro vezes e meia mais do que o maior lago artificial do Brasil, o reservatório da hidroelétrica de Sobradinho, no Rio São Francisco.

⁹ Em 2009, o IBAMA concede a licença ambiental prévia, permitindo o processo licitatório da usina, que ocorreu em abril de 2010. O consórcio vencedor do leilão foi a Empresa Norte Energia.

hídrica; Superdimensionamento da geração de energia; Subdimensionamento do custo social, ambiental e econômico da obra.

E enfatiza:

O Painel de Especialistas, sobretudo, chama atenção para a retórica sobre os impactos na Volta Grande, chamado Trecho de Vazão Reduzida, que oculta, dentre outros, o fato de que Terras Indígenas – Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande – são “diretamente afetadas” pela obra. E, ademais, grupos Juruna, Arara, Xipayá, Kuruaya e Kayapó, que, imemorial e/ou tradicionalmente, habitam as margens deste trecho do Rio.¹⁰

A análise de Lúcio F. Pinto, ao se referir ao projeto anterior e comparar com as mudanças no projeto atual, destaca:

Sem essas bacias de acumulação rio acima e com a redução do lago da própria usina, Belo Monte não terá água suficiente para funcionar durante metade do ano. Por isso, sua potência firme (a energia disponível em média) será inferior a 40% da capacidade nominal, abaixo do ponto de viabilidade. (...) O aproveitamento energético da bacia do Xingu talvez seja a mais demorada e acidentada das trajetórias já registradas nos anais da construção de barragens no Brasil, que é um dos países com maior tradição nesse tipo de engenharia em todo mundo. (Pinto, 2011, p. 07).

Em seu texto “Um Belo Monte de Mentiras”, Oswaldo Sevá (2009) contesta duramente os dados oficiais, assinalando o risco de uma “catástrofe ecológica e social”. No que tange ao custo orçamentário da obra, inicialmente, estava previsto em R\$ 19 bilhões, mas a previsão atual é que ultrapasse os 30 bilhões de reais. Desse custo total, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai arcar com 80%. Contudo, chama-se atenção para “um exercício de engenharia financeira para viabilizar a obra com toda sorte de renúncia fiscal e isenções que trarão um aumento desproporcional da dívida pública”. (Hernández e Bermann, 2010, p. 44). No que toca a isso, Coelho et al (2010) advertem para aspectos, além do litígio jurídico-financeiro, do risco do grande custo ser arcado pela sociedade.

Estudiosos destacam, ainda, que a energia, em sua maior proporção, gerada por esses grandes empreendimentos hidrelétricos na região, visa abastecer sobretudo o centro sul do país, seu setor industrial eletro-intensivo, em detrimento do processo de desenvolvimento da região, demarcando uma distribuição desigual do acesso e do consumo de energia, em particular para o setor residencial, em especial os espaços rurais e territórios indígenas. Ademais, vincula-se essa geração, produção e comercialização de energia, hegemonicamente, ao processo de desenvolvimento capitalista sob a forma de exportação de *commodities*, marca da reprodução de uma lógica colonialista e subdesenvolvida a que vem se subordinando a Amazônia, interna e externamente.¹¹

¹⁰ Cabe destacar que nessa área da Volta Grande do Xingu, tecnicamente chamada de “Área de Vazão Reduzida” e popularmente “sequeiro”, pois esse trecho vai secar mais do que o normal em seu período de vazante, causando danos aos povos e comunidades indígenas, rurais, ribeirinhas, que necessitam desses recursos naturais para sua reprodução social, além dos impactos ambientais, como redução de espécies de peixes, o que foi identificado junto a esses povos durante pesquisa de campo.

¹¹ No texto, “Belo Monte é a Forma de Viabilizar Definitivamente a Mineração em Terras Indígenas”, Telma Monteiro (2012) evidencia o avanço dos estudos sobre o potencial mineralógico nessa área da Volta Grande do Xingu, para

Ao relacionar esse debate com o Cone Sul, pesquisadores (as) identificam um processo de integração ou interconexão entre países da região – inter-Nações - para construção de uma rede energética e de transporte, para ampliar e consolidar a relação comercial e seus corredores de exportação de *commodities*, assumindo o potencial energético condição estruturante para construção dessas novas fronteiras (Coelho et al 2010; Castro 2012; Silva, 2012).¹²

2- HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: OS SINAIS VINDOS DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS NA AMAZÔNIA

Se olharmos para as lutas e resistências dos movimentos e organizações sociais no Brasil¹³ e, em particular na Amazônia, podemos perceber que há processos e padrões de desenvolvimento em disputa, colocando em evidência novas dinâmicas e configurações no campo e na cidade, que precisam ser visibilizadas e compreendidas, que podem assinalar outras interpretações e construção de arranjos de novas territorialidades/sociabilidades, que se confrontam com o lugar comum da equação: desenvolvimento igual à hidrelétrica-industrialização-urbanização; recursos naturais igual à mercadoria.

Diversos movimentos e organizações sociais da sociedade civil têm se mobilizado e se articulado para lutar e resistir à implementação e execução de Belo Monte, desde sua versão primeira, durante a vigência do regime militar, na primeira metade da década de 80 do século passado. Nesse processo de luta e resistência, esses movimentos e organizações sociais, em especial os protagonizados pelos povos indígenas, vêm dando continuidade as suas lutas, numa aliança diversa e ampla com outros segmentos, para paralisar o projeto.

Foram eles [indígenas] que se mobilizaram, se uniram para protestar e parar aquele primeiro projeto, chamado Kararaô, mas isso foi feito com apoio de outros movimentos sociais da região da transamazônica. Essa região, principalmente com os grandes projetos da década de 70 do regime militar, trouxe muitos migrantes, inclusive eu, vindo do Nordeste, em busca de terra e de trabalho, de melhor condição de vida. Com os grandes projetos, vieram grandes problemas sociais e ambientais e com isso a necessidade de organizar o povo do campo pra lutar pelos seus direitos. Então, com apoio da igreja [católica – prelazia do Xingu], começamos a nos organizar, fazendo dessa região um palco de muita luta contra as opressões dos

exploração, interligando, assim, a face da fronteira energética com a face da fronteira mineral na Amazônia como expressão da expansão da fronteira capitalista sobre os recursos naturais e territórios de povos e comunidades tradicionais, sob a forma, também, da dinâmica de acumulação “por espoliação” nos termos de Harvey (2009).

¹² “Por fronteiras econômicas estamos entendendo a incorporação de novas áreas à economia, enquanto por fronteiras políticas correspondem à faixa de fronteira entre países. As fronteiras econômicas podem se sobrepor as fronteiras políticas. Por fronteira de *commodities* estamos entendendo a corrida para a produção de matérias-primas demandadas pelos mercados internacionais, ou seja, correspondem à integração de novas áreas à economia motivadas por demandas crescentes e pelos preços em altas”. (Coelho et al, 2010, p. 85).

¹³ Como exemplo dessas lutas em nível nacional, destaca-se o Seminário Nacional de Organizações Sociais do Campo, realizado em Brasília, nos dias 27 e 28/02/ 2012, que deliberou em seu Manifesto “pela construção e realização de um processo de luta unificada em defesa da Reforma Agrária, dos direitos territoriais e da produção de alimentos saudáveis”. Como continuidade, ocorreu em Brasília-DF, entre os dias 20 a 22/08/2012, o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e da Floresta, que trouxe como tema: “Por terra, território e dignidade”. Em ambos, questiona-se o modelo “neodesenvolvimentista”.

latifundiários. Nisso, nós, também, ajudamos a parar aquele projeto, mas os indígenas estavam à frente com apoio de muita gente de fora. (Integrante do STRs e do Movimento Negro).¹⁴

Nessa perspectiva, é importante considerar as lutas e resistências sociais que o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) vem realizando e desenvolvendo em torno dos grandes projetos e do modelo de desenvolvimento dominante na região, em especial aqui os Hidrelétricos, em particular Belo Monte. Ao falar do surgimento desse Movimento e de sua forma de atuação, um de seus integrantes, explica:

Muitas das organizações que fazem parte do Movimento Xingu Vivo lutam há décadas contra a construção de Belo Monte, porém em 2008, com o segundo encontro dos povos indígenas do Xingu, essas organizações resolveram unificar a luta, reunindo-se em um grande fórum de discussão e ação, assim foi criado o Movimento Xingu Vivo para Sempre, coletivo que hoje conta com mais de 250 organizações. No geral podemos dizer que a forma de atuação do movimento tem se dado em frentes de ação, como a frente jurídica, que atua identificando as ilegalidades da obra; a frente científica, que atua analisando tecnicamente o projeto de Belo Monte, identificando a insustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e mesmo política desta usina; a frente da comunicação, que divulga o que ocorre em relação a Belo Monte, os abusos do governo, os interesses das empreiteiras e políticos corruptos, fazendo com que todos saibam da situação que os povos da região estão submetidos; e finalmente temos a frente política, que faz o trabalho de base, ajudando na mobilização e organização da luta contra Belo Monte.¹⁵

E ao se referir à luta do Movimento contra o presente modelo de desenvolvimento e suas perspectivas de outros padrões de desenvolvimento para região, ele aponta as disputas entre essas posições e perspectivas.

Inicialmente devemos destacar à questão dos modelos de desenvolvimento pensados para a região Amazônica, e para o Brasil. O ex-presidente Lula da Silva, no discurso que fez em Altamira no dia 22.06.10, falando sobre a região, disse querer que “esta região passe a ser uma região industrializada, que possa gerar emprego e renda para que as pessoas possam viver dignamente”. Nesse caso ele estava se referindo diretamente ao beneficiamento primário do minério extraído na Amazônia. Ao apontar este modelo, e sua continuidade, o ex-presidente também decreta a necessidade de mais hidrelétricas para atender a demanda das mineradoras. É por este motivo que, além das usinas no rio Xingu, já se encontra em estudo ou construção dezenas de outras hidrelétricas, nos rios Tapajós, Jamanxin, Tocantins, Teles Pires, Araguaia, Madeira, etc. O Movimento Xingu Vivo e o Comitê Metropolitano avaliam que este modelo de desenvolvimento, pautado na exploração intensa dos recursos

¹⁴ Entrevista realizada com membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região da Transamazônica, que pertence, também, ao movimento negro e integra o Movimento Xingu Vivo.

¹⁵ Economista do Instituto Amazônia Solidária e Sustentável (IAMAS) e componente do Fórum Social Pan-Amazônico. Ele foi um dos entrevistados da pesquisa, mas consideramos aqui, também, a sua entrevista dada ao periódico On-line “Opinião Socialista”.

naturais para atender a um consumo desenfreado e desnecessário não apresenta nenhuma sustentabilidade. Os graves problemas ambientais mundiais já comprovam isto. Outras formas de desenvolvimento, onde se inclui o modelo energético, passa necessariamente pelo fortalecimento do bioma amazônico e o desenvolvimento sócio-ambiental das populações originárias, tradicionais, rurais e urbanas desta região, exercitando relações verdadeiramente equilibradas entre os seres humanos e o meio onde ele está inserido. Neste sentido, o aproveitamento da energia solar, eólica, dos resíduos da biomassa, entre outras são fundamentais. Paralelamente a isto, a simples recuperação e repotenciação das linhas de transmissão e equipamentos já existentes trariam quase o dobro da energia que Belo Monte em média produziria (4,5 mil MW), gastando um terço do que se estima gastar inicialmente com esta usina (R\$ 30 bilhões). De fato, alternativas não faltam para a diversificação, e mesmo mudança da matriz energética brasileira, porém isso implicaria necessariamente em abrir mão de interesses políticos, e principalmente econômicos, interesses estes que dão sustentação ao modelo de desenvolvimento vigente.

Como um dos exemplos dessa luta e resistência, o MXVPS realizou o “Encontro Xingu + 23”, ocorrido no período de 13 a 17 de junho de 2012, na Comunidade Santo Antônio, Km 27 da Transamazônica e espaço rural de Vitória do Xingu, município, também, atingido pelo empreendimento.¹⁶ Foi durante esse encontro que houve a ocupação de um dos canteiros de obra do projeto pelos integrantes dos movimentos, que reivindicavam a paralisação da obra. (**Vide imagens de Processo de Ocupação no Anexo IV**).

Um dos nossos entrevistados assinalou o “processo de judicialização” que cerca a obra de Belo Monte, marcada por um “conjunto de irregularidades”, ferindo a Constituição Federal e a Legislação Ambiental.¹⁷

O EIA-RIMA foi feito de acordo com os interesses das empresas interessadas no projeto, desconsiderando a isenção e um criterioso estudo amplo e complexo de impacto socioambiental, isto é, reduzindo ou subestimando o impacto que a obra iria causar; o que fere a Constituição Federal e a Legislação Ambiental. A não realização de consulta prévia aos povos e populações/comunidades que seriam atingidas pela barragem e o comprometimento das audiências públicas.¹⁸

¹⁶ Esse Encontro, como concebido pelos Movimentos e Organizações Sociais que compuseram e apoiaram o MXVPS, objetivava tanto recuperar e fazer alusão ao I Encontro de Resistência contra o Projeto Kararaô, em 1989, em Altamira, quanto se posicionar criticamente a Rio+20 que estava ocorrendo no Rio de Janeiro nesse período e se juntar à Cúpula dos Povos, demarcando a continuidade da resistência contra Belo Monte. O local do evento teve um caráter estratégico e simbólico, posto que esse encontro marcava o último festejo da Comunidade de Santo Antônio, que fora desapropriada para construção da hidrelétrica, e, também, a continuidade da luta e resistência contra Belo Monte, que viam esse processo de desapropriação de suas terras como expropriação, como violência, uma vez que muitos estavam sendo “ameaçados” e “forçados” a sair e outros “comprados”, segundo relatos e depoimentos.

¹⁷ A obra de Belo Monte chegou a ser embargada, em razão da não “consulta prévia as populações atingidas”, um dos preceitos constitucionais básicos para licenciamento de projeto. Mas, logo em seguida, o embargo foi revogado pelo STF, dando continuidade a obra. De 15 Ações Cíveis Públicas impetradas pelo Ministério Público Federal contra essa obra, só uma foi até o momento julgada.

¹⁸ Docente universitário e advogado do MXVPS.

Nesse mesmo Encontro, numa mesa de debate sobre “Lutas e Resistência na Amazônia”, uma outra liderança do Movimento das Mulheres do Campo e da Cidade e do MXVPS denunciou, em tom crítico e de advertência, a estratégia de se construir Belo Monte para se construir outras hidrelétricas no rio Xingu, retomando, assim, o projeto anterior com as suas devidas mudanças.

Os organismos internacionais têm apontado, inclusive, que o governo tem violado os direitos dos povos indígenas. E aí é só Belo Monte? Gente, não é! Sabemos que, em breve, como está bastante avançado, que logo, breve, 2014, eles já irão construir [a hidrelétrica de] Babaquara, logo subindo o rio Xingu, bem próximo de Altamira. Depois temos uma outra barragem, que eles dão o nome de Altamira, que nós jamais iremos deixar que isso aconteça. Não há necessidade. Lá em cima, mais outra, é o mesmo complexo. E assim, não sobraria pedra sobre pedra. Então, eles escondem a verdade. Aqui, eles mudaram pra convencer os povos indígenas, que não ia mais alagar terras indígenas em 1200 km² e agora é só 400 e, portanto, não vai atingir terra indígena. Mas Belo Monte, quando construída, teria 140 km de rio seco, exatamente e nove aldeias indígenas, abaixo do paredão, atingidas. O rio seco e não teria mais providência de nada. (...) E Belo Monte, hoje, é uma causa não do Xingu somente, nossa luta de resistência, é um problema do planeta, do mundo. E assim Tapajós tem que fazer, Teles Pires tem que fazer, Madeira tem que fazer. Nós temos que nos unir nessa grande luta, nessa aliança do objetivo comum, de uma luta comum, também, de resistência e de vitória, porque nós somos vitoriosos, porque nós não nos curvamos diante desses crimes, dessas mentiras, dessa monstruosidade que está imposta pra nós.

As mais recentes ocupações no canteiro de Belo Monte se deram, em grande medida, lideradas pelo povo mundurucu do rio Tapajós, no Pará, onde estão sendo estudadas a implementação de novas hidrelétricas em terras indígenas. A Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, é uma das grandes reivindicações desses povos tradicionais, posto que reivindicam ser consultados e escutados antes de se iniciar qualquer projeto, o que não ocorreu em Belo Monte, que carrega uma mancha de profunda violação de direitos. É importante, também, considerar que esse protagonismo dos mundurucu ganha mais espaço em razão de lideranças sociais, que estavam na luta contra Belo Monte, “abandonarem”, gerando, segundo um membro do MXVPS, “enfraquecimento da luta do movimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse percurso traçado, existem elementos importantes para se visualizar sinais de contestação. O lugar das agências de mediação e dos “intelectuais orgânicos” tem se apresentado e apontado para constituição da uma ação coletiva de contestação que articula, indissociavelmente, a luta política embasada numa orientação científica e jurídica, que, por meio de seus meios de comunicação e informação alternativos, imprime e dá visibilidade a um debate ofuscado, em grande medida na sociedade, possibilitando, por conseguinte, abrir um espaço público de debate, criticando seus problemas e anunciando perspectivas outras de projeto de desenvolvimento na Amazônia.

Isso parece assinalar, nos termos de Acselrad (2010), para um “ecologismo contestatório”, contrário do “ecologismo de resultados”, bem como sinais, nos termos Boaventura Santos (2006), de

“experiências sociais de resistência ativa”, que colocam em evidência um percurso contra-hegemônico sendo construído por baixo, pelos invisíveis e que passam ocupar a cena pública e ser visibilizados com novas histórias e saberes, inscrevendo novas dinâmicas conflituais na sociedade, em particular na sociedade civil, com novos sujeitos, temas, problemas e adversários locais, nacionais e globais. Contudo, também, ele carrega suas fragilidades, expressas sobretudo no abandono de algumas lideranças, gerando um enfraquecimento do movimento.

Se é urgente e necessário resgatar questões, como “a quem serve esse desenvolvimento e para que”, recolocando a questão da luta de classes, é também urgente a dimensão “ambiental”, como as dimensões territorial e cultural, que podem ajudar a vizibilizar sujeitos, grupos, povos e territórios históricos a margem desse debate, mas vivos na luta e resistência no tocante ao protesto do vigente modelo desenvolvimentista e à reivindicação de outros processos e padrões de desenvolvimento e de sociabilidade. Isso pode identificar outras dinâmicas socioambientais e interpretações de desenvolvimento.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACSELRAD, Henri. “Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental”. *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010.

BRASIL. “Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): balanço 4 anos (2007-2010)”. **Brasília**: Ministério do Planejamento, 2010. Disponível: <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos/parte-1/view> (Página consultada em 27.06.2011).

_____. PAC 2. Brasília: Ministério do Planejamento, 2012. Disponível: <http://www.brasil.gov.br/pac/> (Página consultada em 27.06.2011).

_____. “Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Fatos e dados”. Ministério de Minas e Energia. Fevereiro – 2011

_____. “Plano Nacional de Energia – PNE 2030”. Informe à Imprensa, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2007.

CASTRO, Edna. “Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-Americana”. Dossiê: Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, Jan./Abr. 2012.

COELHO, Maria C. N. et al. “Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social”. Belém-PA. *Novos Cadernos NAEA*. v. 13, n. 2, p. 83-102, dez. 2010.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 3ª.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HERNÁNDEZ, Francisco Del Moral e BERMANN, Célio. “A usina de Belo Monte: energia e democracia em questão”. *Política Democrática – Revista de Política e Cultura* – Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

IIRSA. “Cartera de Proyectos”, 2012.

MAGALHÃES, Sônia e HERNÁNDEZ, Francisco. “Ciência, Cientistas, Democracia Desfigurada e Licenciamento Ambiental sob Constrangimento”. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG, 2011.

MAGALHÃES, Sônia Maria S. B. e HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. 2009.

MARIN ACEVEDO, Rosa et al. “O “Fator Participativo nas Audiências Públicas das Hidrelétricas de Jiral, Santo Antônio e Belo Monte”. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG, 2011.

MONTEIRO, Dion. Entrevista. Opinião Socialista. Disponível: <http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011/04/opiniaio-dion-monteiro-belo-monte-e.html> (Página consultada em 09/06/2012).

MONTEIRO, Telma. “Belo Monte é a forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas”. Artigo publicado no site do Correio da Cidadania em 11/09/2012. Fonte: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7575:manchete_010912&catid=75:telma-monteiro&Itemid=192.

PINTO, Lúcio F. Belo Monte confirma a energia da colônia. **Jornal Pessoal: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto**. Ano XXVI. Nº491. 2ª quinzena de Junho, 2011.

SANTOS, Boaventura. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. (Org.). *Tenotã-Mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

_____. “Belo Monte de mentiras: Trinta anos de manobras estranhas, omissão de informações cruciais e algumas mentiras grossas”. Disponível no site do Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

SILVA, José G. C. da. *Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira*. Tese de Doutorado. Orientadora, Edna Ramos de Castro. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

WAGNER, Alfredo e MARIN, Rosa Ecevedo. “Campanhas de Desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras”. In. BOLLE, Willi, CASTRO, Edna e VEJMEKKA, Marcel. (Orgs). Amazônia: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.

ZHOURI, Andréa. “Introdução”. As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. In. (Org.). Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG, 2011.